

# A Independência do Brasil e a participação do Rio de Janeiro no processo histórico

The Independence of Brazil and the participation of Rio de Janeiro in the historical process

**JOSÉ MURILO DE CARVALHO**

Historiador e cientista político. Professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro da Academia Brasileira de Letras.

---



## Apresentação

Para marcar o Bicentenário da Independência, o Arquivo Geral da Cidade entrevistou o professor José Murilo de Carvalho, historiador brasileiro e cientista político. Ele falou sobre a Independência do Brasil e a participação do Rio no processo histórico.

José Murilo de Carvalho é professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro das Academias Brasileira de Letras (ABL) e de Ciências (ABC). Nascido há 83 anos na cidade de Andrelândia (MG), é autor de obras clássicas à compreensão da formação histórica nacional, como “Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi” (1987), “A formação das almas: o imaginário da República no Brasil” (1990) e “A Construção da Ordem/Teatro de Sombras” (1996). Em 2008, recebeu o prêmio Jabuti pelo livro “D. Pedro II: ser ou não ser” (2007).

Um dos maiores especialistas sobre a história do Brasil no Império e na Primeira República, José Murilo de Carvalho concede esta entrevista exclusiva ao Centro de Ensino e Pesquisa do Arquivo Geral da Cidade. Em pauta estão a Independência do Brasil e o papel desempenhado pela cidade do Rio de Janeiro no processo que tem como principal marco uma data bicentenária: o 7 de setembro de 1822.

## Entrevista com José Murilo de Carvalho

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ): Quais os projetos em disputa durante o processo de Independência?

José Murilo de Carvalho (JMC): A monarquia constitucional defendida pelas Cortes de Lisboa; a monarquia absolutista dos Corcundas (reacionários)

portugueses a brasileiros; a monarquia mista dos brasileiros; a república da Maçonaria brasileira.

AGCRJ: Havia possibilidade real de fragmentação do território da América Portuguesa naquele contexto?

JMC: Havia. Bastava D. Pedro ir embora.

AGCRJ: Qual foi o papel do Senado da Câmara do Rio de Janeiro no processo de Independência?

JMC: O Senado da Câmara do Rio de Janeiro, presidido por José Clemente Pereira, teve papel importante: apoiou o Fico em 1822, ofereceu a D. Pedro o título de Defensor Perpétuo do Brasil, colheu 2982 assinaturas para pedir a D. Pedro a convocação de uma Assembleia Geral das Províncias do Brasil.

AGCRJ: Que tipos de contribuições historiográficas sobre o processo de Independência podem ser extraídas a partir da análise dos panfletos?

JMC: Os panfletos, manuscritos e impressos mostram envolvimento de muitas pessoas no processo da independência, que não foi obra de um punhado de burocratas e de áulicos. Cada tema era discutido nos panfletos influenciando os resultados. Só de panfletos manuscritos foram localizados e publicados 362.

AGCRJ: Dada a falta de consenso historiográfico a respeito da questão, na sua visão, em qual período podemos considerar consolidado o processo de Independência?

JMC: Depende da perspectiva. Uma visão de curto prazo poderia colocar a data em final de 1823, quando a província do Rio Negro (Amazonas) adere ao novo país. Mas olhando mais à frente pode-se verificar que durante toda a Regência (1831-1840) houve muitas revoltas, várias delas separatistas (Rio Grande do Sul, Bahia, Pará). Nessa perspectiva, pode-se dizer que o processo se consolidou em 1840, data da maioridade de Pedro II.

AGCRJ: A emancipação de Portugal em 1822, embora crie um novo Estado, foi realizada pelas mãos de um soberano bragantino. Em que medida a Independência pode ser considerada um movimento conservador?

JMC: Qualquer opção mais reformista seria derrotada ou levaria à separação. Poderíamos seguir o modelo das colônias espanholas, expulsando o rei e fragmentando a colônia. Se a manutenção da unidade foi melhor do que a fragmentação é questão de difícil resposta.

AGCRJ: A constituição de 1824 foi uma carta outorgada pelo imperador Dom Pedro I. Quais as razões, no entanto, dela ter sido considerado uma das mais avançadas à época?

JMC: Ela introduziu uma monarquia mista com Parlamento e Poder Moderador, incorporou muitos dos direitos civis de herança francesa, adotou uma franquia eleitoral mais ampla do que a dos países europeus, deu voto aos analfabetos e exigiu renda baixa para o votante (100 mil-réis).

AGCRJ: Qual a importância de José Bonifácio de Andrada e Silva no processo de independência?

JMC: Foi o grande estadista da Independência, sobretudo no que se refere à política externa quando teve que lidar com as grandes potências da época, o Reino Unido e a Santa Aliança. Politicamente conservador, embora não absolutista, era progressista na área social. Apresentou à Constituinte projeto que previa o fim da escravidão.

AGCRJ: Qual o papel da imprensa na época?

JMC: A censura prévia foi abolida no Brasil em agosto de 1821. A partir daí pipocaram jornais, sobretudo nas grandes cidades. Surgiu verdadeira guerra literária, como se disse na época. Foi grande o papel da imprensa.